

O QUE MUDOU DEPOIS DE *O PEQUENO MUNDO*?

WHAT CHANGED AFTER *O PEQUENO MUNDO*?

Abel Barros Baptista*
ab.baptista@fcs.unl.pt

Partindo de um aforismo de Jean Paul – “Os livros são cartas volumosas que endereçamos aos amigos” –, revisita-se o romance epistolar *O Pequeno Mundo* (1988), de Luísa Costa Gomes, para procurar nele um princípio de entendimento da forma epistolar com a amizade, da amizade com o nosso entendimento da literatura, e de uma e outro para a companhia dos autores nossos amigos.

Palavras-chave: Romance epistolar. *O Pequeno Mundo*. Luísa Costa Gomes.

Starting from an aphorism by Jean Paul – “Books are voluminous letters that we address to friends” –, the epistolary novel *O Pequeno Mundo* (1988), by Luísa Costa Gomes, is revisited, in order to seek in it a principle of understanding of the epistolary form with friendship, from friendship to our understanding of literature, and from one another to the company of our author friends.

Keywords: Epistolary novel. *O Pequeno Mundo*. Luísa Costa Gomes.

•

1.

Os livros são cartas volumosas que dirigimos aos amigos.

Este aforismo do poeta e eminente aforista Jean Paul – Johann Paul Friedrich Richter (1763–1825) –, podemos encontrá-lo no começo de um pequeno livro do filósofo alemão Peter Sloterdijk (2007), cá traduzido com o título *Regras Para o Parque Humano*. Jean Paul, por sinal, é autor de outro aforismo sobre cartas e livros, onde inverte os termos da definição: “As cartas são apenas livros menos volumosos para o mundo”.¹

Umás mais, outros menos volumosos, cartas são livros, e livros são cartas; entretanto, noto uma diferença a reter: quando os livros são cartas, expedem-se para os amigos; quando as cartas são livros, expedem-se para o mundo. O emparelhamento dos dois aforismos produz certo efeito suplementar, ou melhor, expõe uma configuração da

* Departamento de Estudos Portugueses, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal. ORCID: 0000-0002-5713-1808

¹ Devo a localização dos dois aforismos e a indicação bibliográfica a João Barrento, a quem exprimo a minha gratidão — e a admiração de sempre.

expedição antes em sequência do que em alternativa: expedir para os amigos, sejam cartas ou livros, equivale a expedi-las para o mundo. Donde surgem duas possibilidades de exploração metafórica: as cartas dirigem-se ao mundo porque aptas a acolher a definição “livros menos volumosos”, e os livros dirigem-se aos amigos porque passíveis de se definirem como cartas mais volumosas. A vantagem da metáfora, sendo paradoxalmente a de nunca dispensar o sentido literal, sugere aos incautos que o par de aforismos gradua as cartas em livros, presumindo-as destinadas ao mundo; e defino aliás os incautos como todos aqueles a quem não interessa perceber que a sugestão mais atraente será a inversa, a saber: que os livros sejam ou se tenham tornado apenas cartas volumosas para os amigos e que por outro lado se denuncie no advérbio ‘apenas’ precisamente a sua condição de escrito expedido para o mundo.

O comentário que Sloterdijk elabora do primeiro aforismo, apesar de não considerar o segundo, vai nessa direção e descreve essa direção, isto é, o movimento histórico em que os livros que primeiro se deixariam descrever pelo aforismo de Jean Paul como cartas enviadas aos amigos e através deles ao mundo, se tornam, nos melhores casos, apenas cartas enviadas aos amigos – ou cartas enviadas apenas aos amigos, numa modalidade *sui generis* de correspondência destituída do traço que a distingue de início, a faculdade de fazer amigos à distância. Tentarei tornar esta proposição mais clara delimitando três pontos de referência nesse percurso:

O primeiro é a postulação de partida: o aforismo de Jean Paul define, “de forma concisa e apurada”, a “essência e função do Humanismo”: “uma telecomunicação fundadora de amizade à distância pela escrita” (Sloterdijk, 2007, p. 23). A faculdade de fazer amigos através dos textos formou uma cadeia epistolar através de sucessivas gerações, sendo o elo mais importante “a recepção da missiva grega por parte dos romanos” (*idem*, p. 24): desde então, essa cadeia de amizade à distância foi-se constituindo através de um dispositivo que articula as cartas e as respectivas mensagens, os carteiros que as transportavam e os tradutores e intérpretes que as tornaram acessíveis às várias culturas europeias. A faculdade de fazer amigos através do texto não depende de determinar de antemão os destinatários, antes depende de a carta se endereçar como apelo de amizade ao desconhecido. O cerne do argumento de Sloterdijk encontra-se aqui e vai assim formulado, nesta passagem a que significativamente preside a palavra ‘escrita’, já não ‘carta’:

A escrita não efectua apenas um arco telecomunicativo entre amigos comprovados, que à época da missiva vivem separados um do outro no espaço; põe também em marcha uma operação rumo ao improvável, lança uma sedução à distância (...), *com o objectivo de comprometer como tal o amigo desconhecido*, e instá-lo a ingressar no círculo de amizades. O leitor que se expõe à carta volumosa pode, efectivamente, entender o livro como uma carta de convite e, deixando-se entusiasmar pela leitura, incorporar-se no círculo dos interpelados para acusar a recepção da carta. (Sloterdijk, 2007, p. 24, sublinhado meu).

Talvez isto baste para afastar alguma impressão de que estamos diante de transfiguração nobilitante do *facebook*. A carta não é um pedido de amizade: seduz ou visa seduzir, atrai os que toca, não para o amor de si mesma, mas para a cadeia, a transmissão, o próprio amor da escrita, e atrai-os para os incorporar numa modalidade

que sem ela seria impensável. Compreende-se que a carta – conjugando suporte material e mensagem, percurso e veículo postal, destinatários previstos e imprevistos, domésticos e estrangeiros, contagiados todos por uma mesma corrente afetiva, à imagem de uma cadeia de inspirados – não chega a reduzir-se a metáfora do que quotidianamente e por vezes metafisicamente chamamos escrita: essa carta não é só ou não é principalmente o que persiste além do contexto, o que impede a saturação do mesmo contexto, o que dura e permanece, no tempo e na idealidade independente do suporte material; tão-pouco a eficácia ou alcance dela consiste platonicamente em escrever na alma de amigos criteriosamente escolhidos de antemão. A carta aglomera e organiza os amigos que seduz; o círculo de amigades ou o círculo dos interpelados não são incorporações ocasionais; representam essa distintiva possibilidade da carta no seu percurso – a possibilidade de agregar uma comunidade homogénea. Este, então, o segundo ponto de referência, cuja premissa Sloterdijk define assim: “poderíamos reduzir o fantasma comunitário que subjaz a todo o humanismo ao modelo de uma sociedade literária, sociedade em que os participantes descobrem por meio de leituras canónicas o seu comum amor por remetentes inspirados” (Sloterdijk, 2007, p. 24).

O princípio da amizade à distância em vista do desconhecido, sustentando a dimensão utópica da amizade através da escrita e da leitura, sofre inflexão decisiva quando o modelo da sociedade literária se prende na noção de nacionalidade: o desconhecido resvala para o ‘nós’. Com efeito, este segundo ponto de referência entende com a constituição de uma comunidade nacional de leitores inspirados pela origem comum: nos séculos XIX e XX, o modelo da sociedade literária ampliou-se em “norma da sociedade política”: “os povos organizaram-se como ligas alfabetizadas de amizade compulsiva” (*idem*, p. 26). “Que são as nações modernas – pergunta Sloterdijk – senão poderosas ficções de públicos letrados, convertidos a partir dos mesmos escritos em harmónicas alianças de amizade?” (*ibidem*). A carta, capaz de se destinar primordialmente ao desconhecido, é passível de mobilização que a constitui esteio do ensino público, a quem cabe iniciar as novas gerações no círculo de amigos das cartas, agora nacionais, além das clássicas antigas. E a conclusão é contundente:

Nesses tempos, o poder do mestre e o papel do filólogo radicavam ambos num conhecimento privilegiado dos autores em questão, os que passavam por remetentes dos escritos fundadores da comunidade. Segundo eles, em essência, o Humanismo burguês mais não era do que a faculdade de impor aos jovens a leitura dos clássicos e de estabelecer a validade universal das leituras nacionais. (*idem*, p. 27)

Estado nacional e escola pública, Estado nacional e cidadãos nacionais, clássicos antigos e clássicos nacionais, conglomeraram-se numa iniciativa comum, emitem cartas e recebem cartas, como se a transmissão fosse única e homogénea, mesmo quando desembocou num dispositivo de amizade compelida através da leitura coerciva. Cena familiar, aliás tão familiar que dir-se-ia ainda vigorar... Mas sabemos que não vigora, e a descrição que venho apresentando tem um fim à vista previsível, porque toda a elaboração nela descrita se faz em vista desse fim: “Se essa época parece hoje irremediavelmente ultrapassada...” – é a fórmula esperada de declaração do caduco, que introduz o terceiro

ponto de referência, a declaração do “fim da era do modernismo moderno como modelo escolar e educativo”. É uma declaração não menos contundente dos que as anteriores:

(...) as sínteses políticas e culturais das modernas sociedades de massas só marginalmente podem ser produzidas através de meios literários, epistolares, humanistas. Tal não significa de modo nenhum o fim da literatura, mas que esta se diferenciou como uma cultura *sui generis* e que já passaram os dias da sua sobrevalorização como portadora dos gênios nacionais. A síntese nacional já não passa predominantemente – nem sequer em aparência – por livros ou cartas. Foram os novos meios da telecomunicação político-cultural, que entretanto tomaram a dianteira, que encurralaram o esquema da amizade pela escrita e o levaram à suas modestas dimensões actuais. A era do humanismo moderno como modelo escolar e educativo foi ultrapassada porque se tornou insustentável a ilusão de que as estruturas políticas e económicas podem ser organizadas segundo o modelo da sociedade literária. (Sloterdijk, 2007, pp. 28–29)

Ou tornou-se insustentável a imposição dos livros como cartas desde que o “fantasma comunitário” (*idem*, p. 24) impôs a determinação nacional dos destinatários a quem os livros se dirigem?

No posfácio da edição francesa do livro que venho citando, Sloterdijk sublinha que o seu tema era “o perigoso fim do humanismo literário, considerado como utopia da formação do homem pela escrita e pela leitura, que promove a tolerância, a retenção do juízo e a abertura de escuta” (Sloterdijk, 2000, p. 54, tradução minha). E sim, é esse o seu tema – e é esse o tema que nos assombra de cada vez que falamos do destino da leitura, dos livros ou das cartas. Se os livros são cartas dirigidas aos amigos, o pequeno livro de Sloterdijk convocou o aforismo de Jean Paul a pedir-nos, a alguns de nós pelo menos, solidariedade quando não amizade, e essa não lha podemos negar: estamos do mesmo lado, com o mesmo tipo de receios e aflições, nem que os respectivos efeitos se esgotem no arrepiante momento em que os sofremos na versão metonimicamente grotesca da maldita ficha de unidade curricular.

Entretanto, este percurso suscita perguntas inconvenientes. Uma me parece inevitável: esse modelo escolar e educativo chega ao fim quando os novos meios de comunicação político-cultural tomaram a dianteira ou no próprio modelo escolar educativo já se corroía – e anunciava – o fim da utopia do humanismo literário? Se levarmos a sério o princípio da amizade, não vejo como evitar a suspeita de que a corrosão o modelo se foi fazendo por efeito da coacção que torna o ensino dependente da eficácia da amizade compelida. O ensino baseado no texto escrito tem a particularidade de não prescindir da presença do mestre que acompanha o texto, o que promove a tendência ou pelo menos os meios de expulsar o texto da sala: pode dar-se, claro, a situação peculiar e exemplar em que sejam os discípulos a proteger o texto contra a autoridade ou a arrogância do mestre; mas para tanto seria condição que isso lhes interessasse por motivo de amizade ou de outras afinidades. O texto, dir-se-ia dependente da bondade ou da amizade de estranhos, mestre ou discípulos, como se incapaz de ser defender por si mesmo: mas vale a pena ou é tolice esperar bondade ou amizade de um dispositivo que substitui a sedução pela coacção?

Ficamos a um passo do passo final do *Fedro* de Platão, quando a metáfora da ‘escrita na alma’ surge para designar o ‘irmão legítimo’ do discurso escrito: sendo este estéril e incapaz de se defender, o outro, o legítimo, a bem dizer é capaz de tudo: de se defender a si mesmo, de escolher a quem se dirigir, de ficar calado diante quem não convém, de plantar na alma dos escolhidos a semente de outros discursos do mesmo género, que por sua vez engendrarão outros e assim tornarão imortal a semente plantada. A fantasia platónica do ensino como inseminação requer a cuidadosa escolha dos receptores da semente. Sloterdijk, a partir do aforismo da carta, inverte-a numa fantasia de reabilitação da escrita, em que os livros têm as qualidades das cartas e as cartas as qualidades dos livros. Não temos como lhe fugir, ao menos nós, os que nos ocupamos profissionalmente de escritos; mas ‘profissionalmente’ significa sobretudo que nos guiamos por uma crença não menos improvável, embora seja afinal o próprio fundamento do humanismo literário: a crença de que, em princípio, todos nós, uma vez expostos aos escritos por aqueles que foram expostos a outros textos, os acolhemos e nos tornamos amigos não só desses escritos como de todos leitores que, em harmonia conosco, passam pelo mesmo processo de acolhimento, adesão e amizade.

A dificuldade de aceitar esta crença é particularmente gritante no campo específico da literatura. Aliás, dizer que a literatura não acabou, apenas se tornou uma cultura *sui generis*, não é precisamente uma modalidade de descrever o fim da literatura? A dúvida agora seria se a literatura não terá acabado às mãos, não das novas formas de comunicação, mas do mesmo modelo escolar e formativo do humanismo burguês. Podemos decerto abraçar a ideia de que todos estão, em princípio, em condições de valorizar a literatura; mas dificilmente falaríamos de amizade a esse respeito, sobretudo quando há coacção. Por outro lado, dir-se-ia que a coacção é inevitável quando o ensino, para ser público e universal, não mera tutoria de eleitos sensíveis, se torna um sistema postal; ora, se a função de todo o sistema postal é transportar e assegurar que as cartas chegam ao destino, se o destino somos nós todos, o sistema postal, encurralado em si mesmo, não tem outro meio de garantir que as cartas chegam ao destino senão ser ele próprio a definir o destino – uma posta-restante, ao dispor de todos e onde todos somos compelidos a levantar a correspondência em períodos regulares e com horários estabelecidos.

Estas considerações pode ser que não alcancem mais do que ilustrar a dificuldade de transferir qualidades dos livros para as cartas e as das cartas para os livros. A carta desentranhada por Sloterdijk do aforismo de Jean Paul serve metonimicamente uma narrativa plausível, mas não é evidente que nela seja de forma consistente algo mais do que uma metáfora da escrita tal como quotidiana e trivialmente a designamos: a inscrição que dura, que permanece e se destina a um conjunto indeterminado de leitores indeterminados. É certo que a inscrição da faculdade de fazer amigos na definição da escrita, que é o que propriamente a figura da carta leva a cabo, suporta a dimensão de utopia congregadora e fraterna; mas a constituição dessa utopia pelo aglomerado de figuras como cadeia de inspirados ou sociedade literária ou simples incorporação de amigos em torno de um escrito, colide com a própria ideia de modelo escolar formativo baseado na amizade compelida e na leitura coerciva.

Entretanto, é possível que a narrativa do fim da utopia do humanismo literário, pelo próprio acto da sua enunciação, venha também animada da capacidade de fazer amigos; já não no sentido que deixei acima, como sujeitos solidários no mesmo campo de receio ou resistência, mas noutra mais radical, creio, que nos leve a perguntar se a faculdade de fazer amigos, em vez de se perder com a ruína do modelo escolar, não é a forma de lhe sobreviver, ou melhor, a modalidade de proceder com a literatura quando a literatura acabou ou é suspeita de ter acabado sem disso nos avisar com a devida clareza. A carta do aforismo de Jean Paul tornar-se-ia, no nosso acolhimento da elaboração de Sloterdijk, metáfora de uma escrita capaz de escolher os amigos e capaz de ser escolhida por amigos que viessem: uma escrita que, à capacidade de endereçar ao desconhecido, associasse a de fazer amigos por escolha deles, os desconhecidos, uma escolha que os tornasse assíduos, ou melhor, que os fizesse regressar uma e outra vez ao local de encontro, que nunca seria ponto de partida mas desde sempre ponto de regresso.

2.

E é aqui que entra *O Pequeno Mundo*.

Com efeito, revendo a experiência do aparecimento do romance de Luísa Costa Gomes em 1988, concluí que, além de caso bem-sucedido de amizade pela escrita literária, exemplificou a possibilidade de encontrar na própria literatura a resposta ao problema de como proceder com a literatura nas condições em que deixámos de ter padrão de conduta ou horizonte de tranquilidade que nos oriente – resposta que, sem surpresa, compreende cartas e amizade. Com o título que escolhi, pretendo dizer isso, mas pretendo também – além de outra coisa que direi daqui a pouco – que o romance oferece essa resposta de forma eminentemente paradoxal: primeiro através de uma advertência nada amistosa, até quase hostil; depois, ao longo da ficção epistolar, onde não parece haver nenhum amigo que valha de exemplo e, a bem dizer, o que há melhor se descreve como malogro da faculdade de fazer ou manter amizades por via da correspondência epistolar.

Recordo o texto da advertência:

Leitor! Este livro não fala do 25 de Abril. Não se refere ao 11 de Março e está-se nas tintas para o 25 de Novembro. Pior, não menciona em lugar nenhum a guerra em África. Não reflecte sobre a nossa identidade cultural como povo, o nosso futuro como nação, o nosso lugar na comunidade europeia.

Suportará o leitor um livro assim?

Duvido. Foi à sombra do benefício dessa dúvida que o escrevi e agora o dou a publicar.

(Gomes, 1988, p. 7)

Trata-se propriamente de uma advertência; não daquelas que pescam benevolência, mais do tipo da admoestação: não há nela nenhuma benevolência, nenhum espaço para o leitor benevolente; ou pelo menos nenhuma promessa de que venha a haver: o que se percebe é qualquer coisa entre a petulância e a exasperação. Imagino que houvesse reacções de espanto indignado, tais como: ‘quem é esta, a apartar-se com espanto da corrente dominante?’ e em termos tão agrestes... chega a destratar o leitor, pondo-o ao largo. E logo agora, que tanto precisamos de leitores, quando o romance português ganha

dignidade e reconhecimento dos portugueses...’. Na apóstrofe de distanciamento que sintetiza a operação da advertência – “Leitor, este livro não é para ti!” –, alguns terão pressentido voz de comando, que atribuíram à ironia, em versão complacente, enquanto outros não a levaram a sério, e foram os que mais competentemente erraram.

Em qualquer caso, era evidente que a advertência apartava o romance do curso dominante da ficção portuguesa. Esse gesto, eminentemente crítico, era claro e eficaz então como agora. Um romance epistolar dedicado a Camilo e uma advertência exasperada como aquela compunham a tomada do partido da literatura: contra a ficção saturada de lugares-comuns e versões fáceis da ‘realidade’, histórias bem contadas, procura do reconhecimento fácil por vinculação aos temas públicos da época, ou que a época tinha imposto; em nome do compromisso primeiro do romancista: a forma romanesca, a experimentação das possibilidades específicas do romance, o exercício de crítica inerente à escrita e à liberdade da escrita, o sentido da inevitabilidade da demarcação intransigente contra a indiferença e a complacência.

Dir-se-ia uma defesa da tradição e da memória literária disfarçada de atitude modernista – sendo a recíproca não menos plausível –, experimentando o novo pela via da reabilitação de formas tornadas obsoletas pelas modalidades realistas. Mas estas generalidades importam pouco, se não as conduzir ao ponto de que agora me ocupo: para dizer logo tudo, deparei n’ *O Pequeno Mundo* um correspondente superior e criativo da exasperação que a mim me arredava da parte predominante da literatura portuguesa de então, que considerava caracterizada pela degradação da ficção e a capitulação da crítica. A dedicatória a Camilo já indicava a opção pela família de ficcionistas que me habituara a considerar os melhores representantes da arte do romance; e talvez por isso me foi fácil ler a advertência como interpelação, em vez do repelão, a chamada à ordem: em que campo estás, afinal? no do romanesco ciente da sua história e dos seus limites, digressivo, humorístico, desordenado, indisciplinado ainda nas formas mais disciplinadas, ou do outro lado, o do romanesco que se dissolve na história bem contada, se compraz na representação de versões superficiais da actualidade ou se perde na interpretação de Portugal e dos portugueses?

Não foi difícil decidir, como é óbvio; e por isto este vosso criado se apressou a dar um passo em frente, anunciando que estava pronto para o que viesse, desde que viesse em forma romanesca amistosa, uma das que defendemos em apologias modestas mas apaixonadas. E foi assim que apareceu a pergunta que hoje dá título a esta minha comunicação, animada da pretensão de declarar *O Pequeno Mundo* factor de mudança inevitável e irreversível do panorama da ficção portuguesa.

Decorria nesse tempo na minha Faculdade um curso livre de literatura portuguesa contemporânea, organizado por algumas colegas no âmbito do que hoje se chama extensão universitária. Lá fui estender-me, levei o romance, convidei a romancista, que não conhecia, preparei a lição e apresentei-a com título pomposo: “A opção romanesca de Luísa Costa Gomes”. A lição abria com alguma solenidade, pois o primeiro ponto intitulava-se “Resposta à questão: o que mudou depois da publicação de *O pequeno mundo*?”; seguia-se “o romanesco nas formas em que se apresenta”, a memória do género e o empenhamento literário, as cartas e o romance epistolar, consequências narrativas e “código postal do remetente” (?), e no remate enfim uma pergunta a que sempre evitei

dar resposta: o que é um divertimento? Tudo na presença da autora, consoante disse há pouco.

Devo reconhecer que não componho este retrospecto sem alguma emoção. Pode ser que exagere, em benefício do momento, mas arrisco que foi o melhor momento da minha ligação com a literatura portuguesa contemporânea, o que para a maioria pode dizer quase nada, e para mim é dizer muitíssimo. Antes que descambe no enfático, o ponto decisivo é que hoje consigo valorizá-lo em termos que na altura não me estavam acessíveis: foi um caso bem-sucedido de amizade através da escrita – e não apenas no plano pessoal, pois acabei por ficar amigo da Luísa Costa Gomes até hoje –, mas no específico plano da resposta ao chamamento do livro: quero dizer que li aquela advertência como se fosse uma carta para mim, como se eu fosse o desconhecido incumbido de ir declarar solidariedade à escritora que, desagradada da ficção do seu tempo, acabara de fazer do desagrado fonte de inspiração para compor um romance de espécie complicada, daqueles de que se pode dizer que foram amorosamente concebidos e artisticamente executados. Será óbvio, mas em todo o caso reitero que não foi assim que vi a cena na altura – é assim que a redescrevo hoje, quando a ela regresso.

Entretanto, se agora nos abeirarmos do romance munidos do aforismo de Jean Paul, não escapamos de perguntar se um livro composto de cartas dirigidas aos amigos se pode ele próprio tornar uma carta dirigida aos amigos.

O meu testemunho já milita a favor de uma resposta afirmativa. E vai além disso: *O Pequeno Mundo* põe em acção na advertência a faculdade de fazer amigos pelo repúdio – através do diferendo, dissídio, desacordo, desentendimento ou outra das palavras com que designamos a discrepância de ideias e o desencontro de pessoas –, e essa faculdade também caracteriza o ambiente epistolar do livro desde o começo.

Se a acção do romance é a epistolar, se tudo acontece na troca de cartas e por efeito da troca de cartas, a história que dela se deduz, não seria exagerado descrevê-la como história do fracasso de uma tentativa de restabelecer uma amizade improvável. João Miguel, médico colocado numa cidade de província, escreve a Leonardo, amigo com quem não contactava há algum tempo, retirado numa quinta próxima; Leonardo responde, descrevendo uma cena de perfeita felicidade com a mulher, Camila, e um cão, Cupido; mas logo a segunda carta de João Miguel a recebe com enorme hostilidade, como manifestação intrusiva de uma “época deveras escangalhada” (Gomes, 1988, p. 17) a ameaçar-lhe o retiro. A acção epistolar decorre dessa primeira desinteligência, aparentemente reduzida a visões antagónicas sobre a moralidade da época, mas também em torno de certo caso passado com o sogro de Leonardo, um governante menor obrigado a demitir-se por causa de uma acusação de corrupção nunca inteiramente esclarecida.

João Miguel vai-se desdobrando em dois trânsitos paralelos de correspondência: um dirigido Leonardo, outro a pessoas que vai chamando a informar, a esclarecer, vale dizer, a testemunhar sobre a situação actual de Leonardo e o tal caso de corrupção do sogro, que supunha estar na origem dela. A persistência com que no primeiro trânsito afirma a sua amizade e disponibilidade decorrente não é logo abalada pelas revelações inesperadas que colhe no segundo e o obrigam a concluir que Leonardo lhe foi fornecendo sucessivas versões fantasiosas e falsificações deliberadas da sua situação actual e do curso que a ela conduziu. João Miguel dedica-se então a procurar a verdade, justificando

intermitentemente o inquirido que com a crença da bondade do amigo; mas depressa chega ao ponto a partir do qual a correspondência com Leonardo é dominada pela reiterada exigência de verdade que lhe dirige; a correspondência com todos os outros, por seu turno, acrescentando numerosas versões às de Leonardo, em vez da verdade, conduzem à perda da sua própria versão: enfim, o ponto em que, a João Miguel, nada o move senão o que reputa a amizade que deve a Leonardo. O mesmo Leonardo, é que, intransigente e feroz, a repudia enfaticamente: “A tua amizade (usando o termo com largueza) é de si tão cansativa, escangalhaste-me tanto os dias calmíssimos que antecipava, que já não é como companheiro, mas como vítima das tuas insossas, malnascidas maquinações que to peço agora: deixa-me, deixa-me!” (*idem*, p. 108)

Era isto a meio do livro, muito cedo para João Miguel proceder como viria a proceder no final: abandonar, deixar de escrever cartas, selando o abandono com a inequívoca declaração de que a primeira fora um erro, e justificação não menos enfática: “Agora que me era tão preciso acreditar, não posso. Nem me calham as histórias que infinitamente se recomeçam.” (*idem*, pp. 261–262)

Tinha razão, claro. Não podia esperar senão recomeços infinitos das histórias. A amizade de João Miguel podia até não ser grande coisa, mas deparou com o repúdio tenaz de Leonardo, que não a aceitou e nem tolerava que existisse: ora, como estavam ambos em pleno romance epistolar, o repúdio operou na modalidade de recomeço infinito de histórias em que a verdade e a mentira não se distinguiam, como não se distinguia a fantasia ideológica da falsificação perversa. Cartas geram cartas, versões produzem versões, testemunhos, declarações de ódio e de amizade; dessa corrente não se sai senão por abandono, com interrupção repentina da escrita: o livro, uma vez iniciado, não conhece clausura possível.

A consequência – bem familiar para nós, leitores de romances – é que ninguém nos pode propiciar a versão das versões que reordene em definitivo o conjunto discrepante e dele deixe sentido apreensível. Nem no interior da ficção epistolar nem no exterior dela por manobra de resgate ou assistência paterna; o romance expede-se para o mundo ou para os amigos estruturalmente desamparado; mudando o advérbio, espaventosamente desamparado: pois o que fazer dessa outra, grande, constitutiva, discrepância, entre a afirmação peremptória de autoria na advertência exasperada e o dispositivo epistolar que a cancela e lhe nega qualquer possibilidade de regresso para se instalar?

Pois justamente isso, a meu ver, torna *O Pequeno Mundo*, enquanto livro e enquanto romance epistolar, uma carta dirigida aos amigos, e os amigos são estes que enumero em globo: os amigos por vir, por conhecer, acarinhar e captar. Uma figura de autoria que se afirma em pleno a fim de poder retirar-se não menos em pleno – e para sempre – afirma a ambição de domínio do livro orientada pela renúncia a exercer qualquer forma de coacção sobre o leitor, a respeito do livro, do mundo, ou do que seja. O abandono da correspondência por João Miguel, pondo fim ao livro, marca a fronteira em que o domínio autoral cumpre a missão de estabelecer as condições de uma liberdade plena do leitor: também o leitor beneficia do abandono de João Miguel, porque também ele escapa de entrar na vertigem das histórias que infinitamente se recomeçam; e sai do livro no exacto momento em que o livro se encerra sem lhe dar mais saber do que deu a João Miguel ou qualquer outra personagem. Aí é que o livro se torna livro, no ponto em que fica

desamparado e assim desamparado é expedido para o mundo. O domínio autoral resume-se então a expedir o livro em boas condições de desamparo, enquanto o leitor, esse tem a liberdade de o retomar, de o reler, ou de simplesmente o abandonar. Quem virá coagi-lo a tentar compreender o que não compreendeu? Quem virá mostrar-lhe as potencialidades alegóricas, as possíveis lições de vida, os ensinamentos que o livro comporta sobre cartas e correspondência? Tudo indica que ninguém. Apenas os que aceitam e até exigem que o livro se lhes apresente desamparado podem recusar abandoná-lo.

Em suma, quando o amigo persistente abandona de vez o amigo recalcitrante, o livro está em condição de apelar à amizade do leitor desconhecido.

Retiro desta proposição que, no aforismo de Jean Paul ou nas elaborações a partir dele, é menos a carta do que a amizade que importa: porque é a amizade que exige da carta que se torne o que não é senão por acidente – carta sem destino determinado que nunca regressa ao remetente –, cumprindo assim a sua finalidade própria. Embora a possibilidade de acidentes também seja constitutiva, como sabemos, a amizade é a fantasia da eliminação do acidente, seja o que a extravia seja o que remete à origem, através do encontro do desconhecido que aparece como se estivesse previsto desde sempre.

Talvez eu diga ‘fantasia’ porque não acredito em sentimentalidades na circunscrição da teoria; embora reconheça sem dificuldade que nada do que disse até aqui teria tino se não fosse eu próprio um sentimental impenitente. Então, redescrevo a fantasia ao vocabulário do *Fedro*: a amizade é a figura do livro que repudia em definitivo a assistência do pai porque não acredita senão na assistência dos amigos, ainda sabendo que corre o risco de alguns serem rematados sofistas.

Dir-me-ão que todos os livros fazem isso; na circunscrição teórica, os livros não são livros senão renunciando à assistência do pai. Certamente. Mas nós é que não gostamos de todos. As nossas afeições diferem muitíssimo. Alguns de nós tem-nas poucas e duradouras; outros muitas e não menos duradouras; outros nem muitas nem poucas, nem sequer duradouras. ‘Duradoura’ é que não deve ser a melhor palavra; sugere outro repúdio, o das de intermitências. Regressar, sim. Os livros da nossa afeição são simplesmente aqueles a que regressamos; alguns com frequência, outros raramente, mas a que regressamos para nos encontrarmos na fantasia de que nos formamos na companhia deles, de que aprendemos alguma noção de literatura com eles, que os largámos sem que se importassem para irmos ter com outros, e depois voltando, e assim sucessivamente. Dir-se-ia uma amizade à Montaigne, como ele dizia “selon la tres-propre definition d’Aristote” (*Essais*, I: 28, De l’Amitié): a mesma alma com dois corpos, que por razão dessa elevada harmonia não podem dar ou emprestar alguma coisa um ao outro. Essa amizade é a forma mais generosa de dedicação, que se alimenta de angariar amigos, sem os coagir, e de acolher os que venham por si, sem os maltratar por ciúme ou assim.

E pronto, está dada a resposta à questão ‘o que mudou depois de *O Pequeno Mundo*?’ A saber: alguns livros são nossos amigos, não são um cânone. Aliás, a amizade é uma figura da dedicação à literatura livre de qualquer modalidade de coacção: nem cânone nem tradição, nem clássicos nem património, nem os dez mais vendidos nem já agora a maldita ficha de unidade curricular. Nada disso, apenas aqueles a que voltamos, e sempre para perceber que ainda é deles – não doutros! – que gostamos.

Referências

- Gomes, L. C. (1988). *O pequeno mundo*. Quetzal.
Sloterdijk, P. (2000). *Règles pour le parc humain* (O. Mannoni, Trad.). Mille et Une Nuits.
Sloterdijk, P. (2007). *Regras para o parque humano* (M. Resende, Trad.). Angelus Novus.

[por opção pessoal, o autor do texto não escreve segundo o novo Acordo Ortográfico]

[recebido em 16 de março de 2022 e aceite para publicação em 22 de novembro de 2022]